



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA - PARANÁ

CNPJ:- 75.359.760/0001-99

NOSSA SENHORA DO ROCIO, 390 - CENTRO

Exercício:- 2018

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

PROCESSO Nº 505 / 2018

DATA: 17/08/2018 - :10:08:35

TIPO: 1 - GERAL

**Requerente:** TRANSRESIDUOS TRANSPORTES DE RESIDUOS INDUSTRIAIS LTDA  
**CPF/CNPJ:** 77.371.789/0001-11 **RG/Insc. Est.:**  
**Endereço:** ,  
**Complemento:**  
**Cidade:** - **Bairro:**  
**Telefone:** **CEP:** -

**ASSUNTO/MOTIVO:** OUTROS

TRANSRESIDUOS TRANSPORTES DE RESIDUOS INDUSTRIAIS LTDA, supra qualificado, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência requerer para que determine à repartição competente desta Prefeitura que lhe expeça:

REQUER IMPUGNAÇÃO DO EDITAL NÚMERO 32/2018.

Observação: RECEBIDO E ENCAMINHADO POR - KASSI GABRIELY ZAMBERLAN.

**End. Correspondência:** -Nº:

**Bairro:**

**Cidade:** -

**CEP:**

**Complemento:**

**Telefone:** - **Celular:** - **Email:**

**Zona:**

**Quadra:**

**Data:**

**Cadastro:**

Nestes termos,  
Pede deferimento.

TRANSRESIDUOS TRANSPORTES DE RESIDUOS INDUSTRIAIS LTDA  
Requerente

*Kassi Zamberlan*

Kassi Gabriely Zamberlan Vieira  
Funcionário



*Transresíduos Transportes de Resíduos Industriais Ltda*

**AO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE  
ARARUNA - PARANÁ**

**REF.      PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2018**

**TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA.**,  
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº  
77.371.789/0001 - 11, estabelecida em Curitiba/PR, na Rua William Booth  
nº 537, Bairro Boqueirão, por meio de seu representante infra-assinado, vem  
tempestivamente à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no art. 109 da Lei  
Federal nº 8.666/1993, interpor:

**- IMPUGNAÇÃO AO EDITAL -**

Ao Edital do Pregão Presencial nº 32/2018 de menor preço global com Objeto:  
Contratação de empresa especializada na prestação de transporte, tratamento  
e disposição final de resíduos sólidos classe I - perigosos e classe II-a não  
inertes, gerados pelo município, com base nas razões a seguir expostas:





**1. DA TEMPESTIVIDADE:**

O art. 41, §1º da Lei Federal nº 8.666/1993 estabelece que qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei. Ainda, no §7º, subitem 7.1, do mesmo dispositivo legal, há previsão de prazo de até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes, para o licitante impugnar os termos do edital de licitação perante a administração.

O Edital ainda prevê o seguinte instrumento:

**1. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

[...]

2.3. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, por falhas ou irregularidades, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

**2. DO MÉRITO:**

Quanto ao mérito, há 04 (quatro) itens do Edital que no entender da ora impugnante são ilegais. Dessa forma, entendeu-se por bem dividi-los em subtítulos diferentes para melhor compreensão:

**2.1 DA EXIGÊNCIA DE LICENÇA AMBIENTAL EM NOME DA LICITANTE**

O edital de licitação exige na página 9/39 – Item 7.10:

**7.10. HABILITAÇÃO TÉCNICA – FORA DOS ENVELOPES JUNTO AO CREDENCIAMENTO**

[...]

- Apresentar Licença de Operação em nome da proponente para tratamento e disposição final de resíduos sólidos Classe I Perigoso e Classe II-A não inerte.

A subcontratação de contratos firmados entre a Administração Pública e a empresa se trata de uma forma de possibilitar que se ofereça e execute





## *Transresíduos Transportes de Resíduos Industriais Ltda*

serviços mais especializados, que constituam pequena parte do objeto do contrato e está prevista no art. 72 da Lei de Licitações:

Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração. (grifo nosso)

A ideia é oportunizar ao vencedor do certame que desempenhe algum serviço específico, que necessite de capacidade técnica especializada, mediante a subcontratação de um terceiro, por sua responsabilidade. Aliás, a subcontratação busca dirimir limitações de mercado de natureza diferentes, atuando em benefício da competitividade e ampliando os limites de participação de interessados.

Nesse sentido vale destacar o princípio da isonomia, previsto no art. 3 da Lei Federal nº 8.666/1993:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifo nosso)

Portanto, é obrigação da administração pública não somente buscar a proposta mais vantajosa, mas também demonstrar que concedeu a todos os concorrentes aptos a mesma oportunidade.

Assim é o entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU:

Por fim, relativamente à impossibilidade de “sublocação” (subcontratação), ainda que seja procedente a falta de previsão no instrumento convocatório, verifica-se, em contrapartida, que o Tribunal de Contas da União recentemente tem relativizado a necessidade de expressa previsão da subcontratação (Acórdão nº 5.532/2010 – 1ª Câmara, Acórdão nº 3.378/2012 – Plenário e Informativo TCU nº. 135/2012), de modo a “garantir a viabilidade da execução do contrato administrativo”. (grifo nosso)

Por força das peculiaridades do objeto do contrato, a possibilidade da subcontratação, a princípio, poderia constituir, até mesmo, condição de validade da licitação, a fim de evitar significativa





restrição à competitividade. Conforme bem observou o Conselheiro Paulo Curi Neto, o examinar licitação para a contratação de serviços de limpeza urbana cumulado com o manejo de resíduos sólidos urbanos (Decisão nº: 81/2013-GPCPN – Processo nº. 1.747/2013) (grifo nosso)

Em que pese a exigência da documentação (alvarás e licenças) como condição habilitatória na licitação **não tem encontrado amparo legal** por não estar prevista no rol do art. 30 da Lei nº 8.666/1993. Atualmente, orienta-se que a licença ambiental deva ser **exigida aos licitantes vencedores do certame.**

Faz-se necessário exigir dos participantes apenas uma declaração de que a empresa possui condições de apresentar toda a documentação no momento oportuno. É o que determina a Instrução Normativa n. 02/02, (art. 20, § 1º) da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre a contratação de serviços continuados ou não, em âmbito federal:

“Exigências de comprovação de propriedade, apresentação de laudos e licenças de qualquer espécie **só serão devidas pelo vencedor da licitação;** dos proponentes poder-se-á requisitar tão somente declaração de disponibilidade ou de que a empresa reúne condições de apresentá-los no momento oportuno”.  
(grifo nosso)

Isto porque, exigir o licenciamento ambiental prévio como requisito de habilitação, além de ser ilegal por não estar previsto no rol legal taxativo e **ser vedado pelo § 6º do art. 30;** não traz qualquer vantagem à Administração Pública, ainda mais quando se trata de **documento complementar a obtenção da licença.**



## **2.2 DA EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA MATRÍCULA ATUALIZADA DA ÁREA DE DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS EM NOME DA PROPONENTE**

Como se não bastasse, o edital de licitação exige na página 9/39 – Item 7.10 e Anexo I, Item 3:

### **7.10. HABILITAÇÃO TÉCNICA – FORA DOS ENVELOPES JUNTO AO CREDENCIAMENTO**

[...]

- Matrícula atualizada da área de destinação final dos resíduos em nome da proponente; (grifo nosso)

[...]

### **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

[...]

## **3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**

[...]

- A contratada deverá fazer a pesagem em balança eletrônica própria, e ser aferida pelo INMETRO semestralmente. (grifo nosso)

A exigência de apresentação de documento que comprove propriedade do aterro sanitário e da balança eletrônica em questão são desarrazoadas e ilegais, pois afrontam o disposto no § 6º do art. 30 da Lei Federal nº 8.666/1993, que veda comprovação de propriedade e de localização prévia, estabelecendo apenas que as exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis. Senão vejamos:

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia. (grifo nosso)





Esclarecendo o sentido da norma, preleciona Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública. 7ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 414):

‘Em qualquer hipótese, a cláusula [do edital] não poderá impor que o equipamento ou as instalações sejam de propriedade do habilitante, ou se localizem em determinada região ou bairro. Se a compra ou locação de um equipamento, ou a localização das instalações em ponto distante daquele em que se executará o objeto da licitação, implicar oneração dos custos para o licitante (que terá, em consequência, de elevar o preço de sua proposta), o problema não é da Administração, mas do licitante. A este deve assegurar-se amplo campo de escolha quanto ao modo que mais lhe convier para atender às exigências do edital, seja adquirindo ou locando o equipamento necessário, seja instalando-se em ponto distante ou próximo do local em que teria de executar a prestação.

Cabe ao licitante optar por soluções que, barateando o custo da execução, tornem sua proposta competitiva. Cabe-lhe verificar se as condições estabelecidas no edital convêm a seus negócios ou inviabilizam a apresentação de proposta séria. À Administração incumbe aferir a habilitação do licitante e a idoneidade da proposta.’ (grifo nosso)

## **2.3 DA EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ATERRO POSSUIR ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) / RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA)**

Ainda sobre exigências indevidas, o edital de licitação exige na página 9/39 – Item 7.10:

### **7.10. HABILITAÇÃO TÉCNICA – FORA DOS ENVELOPES JUNTO AO CREDENCIAMENTO**

[...]

- Comprovação do aterro possuir EIA/RIMA através da apresentação dos respectivos EIA – Estudo de Impactos Ambientais e RIMA – Relatório de Impactos Ambientais.

A ilibada Comissão de Licitação cometeu grave equívoco neste ponto.

Isto porque, exigir o licenciamento ambiental prévio como requisito de habilitação, além de ser ilegal por não estar previsto no rol legal taxativo e ser vedado pelo § 6º do art. 30; não traz qualquer vantagem à Administração Pública, ainda mais quando se trata de documento complementar a obtenção da licença.





Ora, o EIA/RIMA é o estudo realizado para obtenção da licença do aterro sanitário, sendo este último o documento com valor legal.

Portanto uma vez apresentado a licença de operação, significa que o EIA/RIMA foi aprovado e/ou não exigido pelo Órgão Ambiental competente, não sendo necessário à sua comprovação.

Deste modo explícito se mostra a possibilidade, em tese, de **"DIRECIONAMENTO"** da licitação para uma empresa específica, o que fere o Princípio da Isonomia.

## **2.4 DA DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA JUNTO AO CREDENCIAMENTO**

O credenciamento é o ato pelo qual uma pessoa física irá representar a empresa perante aquela determinada licitação. No pregão presencial, o credenciamento tem como finalidade única viabilizar aos licitantes que se manifestem formalmente durante o certame, especialmente no que tange à apresentação de lances verbais e à manifestação quanto à intenção de recorrer.

Os documentos exigidos para credenciamento destinam-se a essa finalidade, de forma que qualquer problema na documentação de credenciamento não irá inabilitar aquela empresa, ela participará normalmente da licitação, porém, sem representante, ou seja, sem alguém que possa manifestar os interesses da empresa na sessão.

Na data e hora marcadas para abertura da sessão do pregão, o primeiro ato a ser realizado é o credenciamento dos licitantes. O credenciamento na realidade é ato praticado antes da abertura da sessão do pregão:

Lei nº 10.520/02

[...]

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

[...]

VI - no dia, hora e local designados, será realizada sessão pública para recebimento das propostas, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;





VII - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

Portanto, são três documentos exigidos para o credenciamento:

- a) Contrato Social, Ato Constitutivo ou Estatuto da pessoa jurídica;
- b) Procuração outorgando poderes ao credenciado (por instrumento público ou particular);
- c) Documento de identificação do credenciado - pessoa física (RG, Carteira de Habilitação).

Eventualmente para a modalidade pregão, conforme disposto no artigo 4º da Lei nº 10.520/02, a comissão ainda pode exigir a apresentação da declaração dando ciência de que a licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

Em suma, a fase externa do Pregão Presencial deve obedecer às seguintes etapas (Lei nº 10.520/02, Art. 4º):

- 1. Publicação do edital;
- 2. Pedidos de Esclarecimento e impugnação;
- 3. **Credenciamento**;
- 4. Recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;
- 5. Análise das propostas;
- 6. Etapa de lances;
- 7. Análise de amostras ou destes (se houver);
- 8. **Análise dos documentos de habilitação**;
- 9. Declaração do vencedor provisório;
- 10. Fase recursal;
- 11. Adjudicação e homologação;
- 12. Assinatura do contrato.

Pode-se verificar que na modalidade de pregão, tanto o presencial quanto o eletrônico, há uma inversão de fases comparada com as outras modalidades previstas na Lei no 8.666/1993. Nestas, primeiro verifica-se a



habilitação para depois realizar a disputa de preço, diferente do pregão, onde primeiro ocorre a disputa de preço e após será realizada a habilitação do provisoriamente classificado em 1º lugar na fase de disputa de preço no certame. Isso desburocratiza e dá uma maior agilidade na execução do processo.

Repare que da forma como o edital foi posto, as fases de (3.) Credenciamento e (7.) Análise dos documentos de habilitação, foram misturadas, originando o item 7.10 – HABILITAÇÃO TÉCNICA – FORA DOS ENVELOPES JUNTO AO CREDENCIAMENTO (Página 8 do edital), configurando em GRAVE equívoco estrutural, em desconformidade com a Lei nº 10.520/02.

### **3. DOS REQUERIMENTOS**

---

**Transresíduos Transportes de Resíduos Industriais Ltda.**

Rua William Booth, 537 – Boqueirão – Curitiba/PR - CEP: 81650-120 - Fone/Fax: (41) 3332-2224

CNPJ: 77.371.789/0001-11 – IE: 101.893.39-14

[www.transresiduos.com.br](http://www.transresiduos.com.br)





## Transresíduos Transportes de Resíduos Industriais Ltda

Ante aos fundamentos expostos, requer a Vossa Senhoria:

1. Com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, **requer-se o PROVIMENTO do presente recurso, para que seja IMPUGNADO o Edital,** para que o mesmo seja modificado em função da solicitação, sob pena de se ver judicialmente decretada a sua nulidade.
2. Que no mérito seja julgada totalmente procedente para o fim de:
  - a) Na forma e nos termos do subcapítulo 2.1 deste recurso, ser **alterado o item 7.10**, afim de que **não seja exigida** a Licença Ambiental de Operação do aterro sanitário **em nome da proponente**, mas sim, que se admita também que a Licença de Operação possa ser em nome da empresa **SUBCONTRATADA**;
  - b) Na forma e nos termos dos subcapítulos 2.2 e 2.3 deste recurso, ser **alterado o item 7.10 e item 3 do anexo I** do edital, afim de que **não se exija** a apresentação da Matrícula atualizada, bem como a comprovação do aterro possuir EIA/RIMA, e propriedade da balança, **excluindo estas exigências do edital**;
  - c) Na forma e nos termos do subcapítulo 2.4 deste recurso, ser **alterado o item 7.10** do edital para a seguinte redação: **7.10 - HABILITAÇÃO TÉCNICA (ENVELOPE II)**, conforme preconiza a Lei nº 10.520/02.

Ainda, na hipótese de não ser exercido o *juízo da impugnação do Edital* por esta d. Comissão de Licitação, respeitosamente requer o encaminhamento do presente recurso, devidamente informado, à *Autoridade Superior*, para que lhe seja dado **INTEGRAL PROVIMENTO, e determinando o devido prosseguimento da licitação.**

Nesses termos,  
Pede deferimento.



*Transresíduos Transportes de Resíduos Industriais Ltda*

Curitiba, 14 de Agosto de 2018.

  
**MORIEL WALLISON PARISOTTO**  
Representante Legal